



GOVERNANÇA E TRANSFORMAÇÕES NA GESTÃO PÚBLICA

**INSTITUTO BRASILEIRO DE
ENSINO,
DESENVOLVIMENTO E
PESQUISA**

**PROGRAMA DE
PÓS-GRADUAÇÃO
STRICTO SENSU
PROFISSIONAL EM
ADMINISTRAÇÃO
PÚBLICA**

Ementa do Curso

Este curso pretende apresentar ao aluno uma visão panorâmica e concreta da gestão pública no Brasil e alguns de seus condicionantes ou limitadores. Para tanto, serão discutidos os seguintes tópicos: Definições de democracia. Democracia e gestão pública no Brasil. *Policy* e *Politics*. Evolução e Reformas da Administração Pública. A Nova Administração Pública. Administração Pública Gerencial. Novos Instrumentos de Gestão Pública. Planejamento Estratégico e Gestão para Resultados no Setor Público. Desafios do Controle nas Novas Formas de Governança. Gestão Participativa e Inclusiva. Participação Social e Interações entre Diferentes Atores no Desenvolvimento de Políticas Públicas. Desafios contemporâneos da gestão pública. Controle e segurança jurídica.

Objetivos do Curso

Carga Horária: 40h
Créditos: 02
Categoria: Optativa

O objetivo da disciplina é compreender a relação entre o estado democrático de direito, as políticas públicas e a evolução da administração pública por meio de situações concretas, identificando soluções para conflitos administrativos mediante novas formas de ação administrativa.

Módulo I

Leituras Obrigatórias

CORRÊA, Izabela Moreira. Planejamento estratégico e gestão pública por resultados no processo de reforma administrativa do estado de Minas Gerais. Revista de Administração Pública, v. 41, n. 3, p. 487-504, 2007.

DE PAULA, Ana Paula Paes. Administração pública brasileira entre o gerencialismo e a gestão social. RAE-revista de administração de empresas, v. 45, n. 1, p. 36-49, 2005

LONCAN Filho, René Tradutor. "Gerenciando a alta administração pública: uma pesquisa em países da OCDE." ENAP, 1999.

ABRUCIO, Fernando Luiz. Trajetória recente da gestão pública brasileira: um balanço crítico e a renovação da agenda de reformas. Revista de administração pública, v. 41, p. 67-86, 2007

ANASTASIA, Antônio A. Antecedentes e origem do choque de gestão. In: VILHENA, Renata; MARTINS, H; MARINI, C.; GUIMARÃES, T. B. (Orgs.). O choque de gestão em 15 Minas Gerais: políticas de gestão pública para o desenvolvimento. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. "Administração pública gerencial: estratégia e estrutura para um novo Estado". 1996.

Leituras Complementares

DUARTE, Kênnya; LEMOS, Carolina; MARINI, Caio; MARTINS, Humberto Falcão. Acordo de Resultados. In: VILHENA, Renata; MARTINS, H.; MARINI, C.; GUIMARÃES, T. B. (Orgs.). O choque de gestão em Minas Gerais: políticas de gestão pública para o desenvolvimento. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

POLLITT, Christopher; BOUCKAERT, Geert. Avaliando reformas da gestão pública: uma perspectiva internacional. Revista do Serviço Público, v. 53, n. 3, p. 7-31, 2014

MARTINS, Humberto Falcão. Burocracia e a revolução gerencial — a persistência da dicotomia entre política e administração. Revista do Serviço Público, v. 48, n. 1, p. 42-78, 2014

MANNING, Nick. The legacy of new public management in developing countries. International Review of Administrative Sciences 67.2 (2001): 297-312.

Módulo II

Leituras Obrigatórias

SARTORI, G. (1994). A teoria da democracia revisitada. Vol. 1: O debate contemporâneo. São Paulo: Ática. Introdução 17-24

SCHUMPETER, J. (1961) Capitalismo, socialismo e democracia. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961. Capítulos XX (apenas item 4: "Em busca de uma definição XXII ("Outra teoria da democracia"). 313-320 e 343-360.

DAHL, R.(1974) . "Que instituições políticas requer a democracia em grande escala?" Capítulo 8, Sobre a Democracia. Brasília, Editora UnB. 97-114. <http://docslide.com.br/documents/dahl-robert-a-sobre-a-democracia-capitulo-8-que-instituicoes-politicas-requer-a-democracia-em-larga-escala.html>

Amorim Neto, Octavio (2007). "O Poder Executivo, centro de gravidade do sistema político brasileiro". In AVELAR, L.; CINTRA, A. O. (orgs.). Sistema político brasileiro: uma introdução. Rio de Janeiro: Fundação Konrad-Adenauer; São Paulo: Ed. Unesp . 2a edicao. 131-142

Leituras Complementares

PRZEWORSKI, Adam et al. "O que mantém as democracias?" <http://www.scielo.br/pdf/ln/n40-41/a06n4041.pdf>

PUTNAM, Robert D. (1996) Comunidade e democracia: a experiência da Itália Moderna. Rio de Janeiro, FGV, pp. 30-32 e 97-132

CAROTHERS, T. (2007). "How Democracies Emerge: The Sequencing Fallacy". Journal of Democracy, Volume 18, Number 1 January 2007. 12-27. <http://carnegieendowment.org/files/Carotherssequencingarticle1.pdf>

CINTRA, A. O. (2007). "Presidencialismo e Parlamentarismo – são importantes as instituições". In AVELAR, L.; CINTRA, A. O. (orgs.). Sistema político brasileiro: uma introdução. Rio de Janeiro: Fundação Konrad-Adenauer; São Paulo: Ed. Unesp . 2a edicao. 35-58

Módulo III

Leituras Obrigatórias

COSTA, Valeriano. Federalismo. In AVELAR, L.; CINTRA, A. O. (orgs.). Sistema político brasileiro: uma introdução. Rio de Janeiro: Fundação Konrad-Adenauer; São Paulo: Ed. Unesp . 2a edicao. 211-225.

ARANTES, Rogerio. Judiciario: entre a politica e a justiça. In AVELAR, L.; CINTRA, A. O. (orgs.). Sistema político brasileiro: uma introdução. Rio de Janeiro: Fundação Konrad-Adenauer; São Paulo: Ed. Unesp . 2a edicao. 81-116.

REZENDE, Fernando (2009). A Reforma Orçamentaria e a Eficiência Fiscal. Texto de Discussão 1392, IPEA.

http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1636/1/TD_1392.pdf

SHYMURA, Luis Guilherme. Os 5 desafios da política fiscal em 2024. <https://portalibre.fgv.br/sites/default/files/2024-02/cartadoibreconjunturaeconomica202402baixa.pdf>

Leituras Complementares

ARRETCHE, Marta. Federalismo e políticas sociais no Brasil: problemas de coordenação e autonomia. São Paulo Perspec. [online]. 2004, vol.18, n.2 [cited 2018-04-22], pp.17-26. Available from:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392004000200003&lng=en&nrm=iso>. ISSN 0102-8839. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-88392004000200003>.

LEMONS Leany, & POWER, Timothy J. (2013). "Determinantes do controle horizontal em parlamentos reativos: o caso do Brasil (1988-2005) ". Dados, 56(2), 383-412. <https://dx.doi.org/10.1590/S0011-52582013000200005>

IFI. Relatório de Acompanhamento Fiscal de fevereiro de 2024.

https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/647153/RAF85_FEV2024.pdf

Módulo IV

Leituras Obrigatórias

BOVENS, Mark, Robert E. Goodin, and Thomas Schillemans, eds. The Oxford handbook of public accountability, Capítulo 1, OUP Oxford, 2014.

CASAGRANDE, Renato; FREITAS FILHO, Roberto. O problema do tempo decisório nas políticas públicas. Revista de Informação Legislativa, v. 47, n. 187, p. 21-34, 2010.

FALCÃO-MARTINS, Humberto e MARINI, Caio. 2014. Governança pública contemporânea – uma tentativa de dissecação conceitual. Revista do TCU, edição nº 130.

Leituras Complementares

MILANI, Carlos RS. O princípio da participação social na gestão de políticas públicas locais: uma análise de experiências latino-americanas e europeias. Revista de Administração Pública, v. 42, n. 3, p. 551-579, 2008.

PIRES, Maria Coeli Simões. Concepção, financiamento e execução de políticas públicas no estado democrático de direito. Revista do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte 39.2 (2001): 141-192.

SIMÃO, Valdir et alli. 2020. “Manual de sobrevivência do administrador público – 10 passos para a excelência da sua gestão”. Trevisan, São Paulo.

MARQUES NETO, Floriano de Azevedo; FREITAS, Rafael Vêras de. Comentários à Lei nº 13.655/2018 (Lei da Segurança para a Inovação Pública). Belo Horizonte: Fórum, 2019.

SUNDFELD, Carlos Ari. Aplicação dos Novos Dispositivos da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB) pelo Tribunal de Contas da União. São Paulo: FVG, 2021.